



**PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE
FORMAÇÃO DE SARGENTOS/CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM SEGURANÇA PÚBLICA DO QPPM E DO QPE DA POLÍCIA MILITAR
DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2013.**

CFS/CSTSP/2013 - QPPM

(Edital DRH/CRS nº 12/2012, de 10 de dezembro de 2012).

Língua Portuguesa e Conhecimentos Profissionais.

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

DATA: 23/03/2013

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 5,0 (cinco) pontos cada e valor total de 200 (duzentos) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 3 (três) horas incluindo o preenchimento da folha de respostas e para a prova de redação será de 4 (quatro) horas.
4. Responda as questões e marque a alternativa desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Verifique se a prova é a correspondente ao seu quadro e categoria.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO – A BUSCA PELA EXCELÊNCIA EM CONCURSOS.

Nunca lemos tanto

Roberto Damatta

Nunca lemos tanto ou fomos tão amantes do Direito como agora. Não estou afirmando que os debates do STF foram vistos como jogos de futebol, mas afirmo sem medo de errar que a cada condenação dos trambiqueiros petistas, os nossos velhos corações, acostumados a uma imoral impunidade, batiam esperançosos. Vimos, com clareza, quem atuou ou não, e percebemos a impossibilidade de julgar um ex-patrão ou os amigos. Entendemos por que o liberalismo inventou a fórmula ética chamada "conflito de interesse". A consciência dos papéis sociais, de que falava, entre outros, Shakespeare, com a terrível clareza da tragédia, mostra isso. Só há duas possibilidades: ou o papel comanda a pessoa ou a pessoa comanda o papel. Se houver um conflito entre a pessoa e o papel, não pode haver desempenho porque não há convicção - essa dimensão básica da ética que dispensa a polícia e a censura porque ela se enraíza na difícil capacidade de dizer não a si mesmo demandado pela democracia.

O julgamento engendrou, por outro lado, heróis. Um deles foi o procurador-geral da República. Outro foi o relator. Ele permitiu testemunhar o desmonte de um projeto de poder contrário à democracia e à condenação daqueles que - aristocraticamente - se imaginavam acima da lei por terem uma certa biografia e professarem uma certa visão de mundo.

Hoje estamos lendo tudo sobre os "livros" que, na linguagem de Rose Noronha e dos seus asseclas, eram uma metáfora para os favores obtidos graças às tramas pessoais e partidárias.

A barganha de cargos do Estado mostra como os intérpretes do Brasil estavam enganados. Todos falam da oposição entre oprimidos e opressores, entre exploradores e explorados, entre senhores e escravos quando, de fato, o que se assiste ao longo da história é um contraste assombroso entre governantes e governados. Aqueles como donos do Estado por meio de um governo; estes pagando seus escritórios, motoristas, secretários, cartões corporativos, namoradas, ilhas da fantasia, obras, viagens, mensagens, passaportes diplomáticos - com o seu trabalho e impostos.

Nossa paixão pelo estado imperial e definitivo é tão grande que conseguimos inventar dentro do capitalismo o segmento dos "empreendedores oficiais". Os que por meio de suas relações usam os cargos públicos sem seguir a ética pública. Assim, em vez de empregarem seus cargos para aprimorar o setor pelo qual são responsáveis, eles os usam para "se arrumar". O familismo, o personalismo, as amizades, a simpatia e, hoje em dia, o partidarismo, ajudam a criar fortunas. Tudo, menos o mérito, os resultados e a competência, passa a ser a norma dos governos que cometem a perversão de opor de modo radical os que pagam os impostos - nós, os governados; e eles, os governantes, que tudo podem porque estão acima da lei.

Quando dona Rosemary Noronha diz que nada fez de errado, ela está falando a verdade. E quando nos indignamos com a quadrilha da qual ela era o centro,

nós também estamos com a verdade. Todos descobrimos, sem termos lido Fernando Pessoa, essa dupla existência da verdade porque um dos dados da era "lulo-petista" é a revelação de uma ética dupla que, faz tempo, acentuei no livro *Carnavais, Malandros e Heróis* como sendo o traço capital do sistema brasileiro. Sempre tivemos uma norma moral interna para a "casa"; e outra, externa, para o povo governado tido como pobre ou pateta, que na "rua" ganha a "bolsa idiotice" e se conforma com uma ocupação predatória do Estado por um governo cujo centro é um projeto de poder.

Dir-se-ia que chovo no molhado. Mas, vejam bem: num mundo social com uma ética para os amigos e outra para os estranhos os dois lados estão absolutamente corretos. É precisamente por isso que há impunidade. Não é a impunidade que leva ao abuso do cargo público. É o fato de jamais termos enfrentado o problema das demandas pessoais face às exigências dos cargos públicos num sistema igualitário ou republicano que leva à impunidade. Quando o STF confrontou pessoas com projetos políticos e cargos, houve condenação.

Imagine o que aconteceria se você, eleito presidente, não contemplasse seu cunhado com uma agência reguladora? Como não indicar, nomear ou pedir um favor quando a ética da amizade diz que é exatamente assim que devemos proceder? Rose está correta. Se eu sigo uma ética que engloba a morte, eu mato; se ela legitima o "tirar partido" de uma relação e um cargo, eu peço. Why not?

Se jamais politizamos a desagradável separação (e o limite) entre o cargo público com suas obrigações e os seus eventuais ocupantes, que, dentro dele procedem como se fossem seus donos, o resultado só pode ser o que traduzimos como escândalo ou corrupção. A indicação "de cima" - do PR ou do JD - como diz Rosemary - permite tudo. É como produzir uma peça de teatro escolhendo os atores pelas suas relações com o dono do teatro e não com as exigências do papel. Aí está o óbvio ululante que ninguém quer ver.

O desequilíbrio entre ator e papel resulta nesse fracasso retumbante de tudo o que vem do governo por oposição a tudo que nasce na sociedade. Em todos os lugares onde se buscou a igualdade de todos perante a lei, a separação de pessoas e papéis públicos realizou-se de modo dramático. Foi uma tarefa revolucionária, como tanto gosta o anglo-eurocentrismo e a vulgata marxista. No Brasil, só agora começamos a perceber que não há a menor chance de mudança para uma sociedade igualitária, se não tivermos a coragem de adequar pessoas aos papéis públicos que elas eventualmente ocupem.

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nunca-lemos-tanto-,969426,0.htm>> (adaptado)

1ª QUESTÃO – De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que:

- A. () As peças de teatro são comparadas aos papéis políticos, nos quais se escolhem os “atores” por uma relação de exigência do papel que será “encenado”.
- B. () O escândalo ou corrupção advém dos papéis trocados entre os governados, que ignoram o dever dos cargos públicos.
- C. () Todas as pessoas querem vislumbrar que os encargos e deveres políticos se dissociam do familismo e se aproximam do partidarismo.
- D. () A corrupção pode ocorrer porque não há separação entre o cargo público com suas obrigações e os seus eventuais ocupantes.

2ª QUESTÃO – Tendo em vista o 5º parágrafo do texto, é CORRETO afirmar que:

- A. () Os governos perpetram a perversão de opor de modo radical os governados e eles, que tudo podem porque estão acima da lei.
- B. () O segmento dos “empreendedores oficiais” foi inventado porque se vive num estado imperialista, no qual reina a ética pública.
- C. () Os governantes auferem proveito de seus cargos, empregando-os sempre em prol dos governados.
- D. () O mérito, a competência e os resultados, tudo passa a ser norma dos governos.

3ª QUESTÃO – Segundo o texto, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A barganha de cargos do Estado mostra como os intérpretes brasileiros estavam embusteados, porque os que desempenham papel público atuam visando à coletividade.
- B. () Há uma simetria entre ator e papel, por isso, tudo que vem dos governantes por oposição resulta num malogro retumbante.
- C. () O problema das demandas pessoais face às pretensões dos cargos públicos ocasionam o abuso e a impunidade que imperam no Brasil.
- D. () O Supremo Tribunal Federal secundou para que a troca de papéis políticos fosse condenada, pois os governantes devem estar acima da lei.

4ª QUESTÃO – De acordo com o 2º parágrafo do texto, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O Supremo Tribunal Federal promoveu heróis, ao absolver aqueles que se consideravam estar com o pátrio-poder nas mãos.
- B. () O procurador-geral da república foi conivente com as ações desmontadas, que se tornaram adeptas ao exercício da democracia.
- C. () Para que houvesse a condenação, o único critério avaliado pelos juízes foi o papel social dos políticos.
- D. () Houve um desmantelamento de projeto de poder antagônico à democracia.

5ª QUESTÃO – Marque a alternativa cuja expressão sublinhada apresenta sua correspondência CORRETA:

- A. () “(...) Só há duas possibilidades: ou o papel comanda a pessoa ou a pessoa comanda o papel.” (Alternância)
- B. () “(...) Nossa paixão pelo estado imperial e definitivo é tão grande que conseguimos inventar dentro do capitalismo o segmento dos “empreendedores oficiais”. (...)” (Concessão)
- C. () “(...) Quando dona Rosemary Noronha diz que nada fez de errado, ela está falando a verdade. (...)” (Finalidade)
- D. () “Se houver um conflito entre a pessoa e o papel, não pode haver desempenho porque não há convicção.” (Conformidade)

GRAMÁTICA

6ª QUESTÃO – Observe:

“Manoel permaneceu ali todo o tempo.”

Marque a alternativa em que o predicado seja classificado como o da sentença acima:

- A. () Joana era calada demais para meu gosto.
- B. () As pessoas chamaram a ambulância.
- C. () As jovens pareciam cansadas.
- D. () O soldado voltou desarmado.

7ª QUESTÃO – Marque a alternativa em que TODAS as palavras pertencem ao mesmo gênero:

- A. () Gengibre – pernoite – hélice.
- B. () Champanha – formicida – derme.
- C. () Diamante – cal – pane.
- D. () Mascote – omoplata – herpes.

8ª QUESTÃO – Marque a alternativa em que houve ERRO na classificação da oração subordinada:

- A. () Espero que você case. (Objetiva Direta)
- B. () A seca parecia que era um fato necessário. (Predicativa)
- C. () Sentiu desejo de que chovesse. (Completiva Nominal)
- D. () É provável que chegue ainda hoje. (Apositiva)

9ª QUESTÃO – Marque a alternativa cujo período, ao ser reescrito, está adequado à norma culta da língua:

- A. () Tem visto Laura ultimamente?
Tem-na visto ultimamente?
- B. () Para nós, é muito difícil convencer o chefe.
É-nos muito difícil convencer-lhe.
- C. () Não quero fazer a mulher esperar.
Não quero fazer ela esperar.
- D. () Visitaria os presos se tivesse tempo.
Visitaria-os se tivesse tempo.

10ª QUESTÃO – Marque a alternativa em que a função sintática do pronome relativo está INCORRETA:

- A. () São livros cujas seriedade garanto. (Sujeito)
- B. () Aceitaram a justificativa que você apresentou. (Objeto Direto)
- C. () Na rua em que moro há uma praça. (Adjunto Adverbial)
- D. () Esta é a pessoa a que você fez referência? (Complemento Nominal)

11ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O período em que o pronome possessivo destacado está mal empregado é:

- A. () Dirijo-me a Vossa Senhoria, a fim de solicitar o vosso apoio.
- B. () Dirijo-me a ti, a fim de solicitar o teu apoio.
- C. () Dirijo-me a vós, a fim de solicitar o vosso apoio.
- D. () Dirijo-me a ele, a fim de solicitar o seu apoio.

12ª QUESTÃO – Marque a alternativa em que há um verbo defectivo:

- A. () Compramos muitas mercadorias remarcadas.
- B. () Elas se correspondem com frequência.
- C. () Coube ao juiz julgar o culpado.
- D. () Demoliram vários prédios naquela rua.

13ª QUESTÃO – Marque a alternativa em que o sinal indicativo da crase é facultativo:

- A. () Chegou às três horas.
- B. () Voltou à minha casa.
- C. () Voltou às pressas.
- D. () Voltou à casa do juiz.

14ª QUESTÃO – Marque a alternativa que corresponde à figura de linguagem da sentença: *“Naquela terrível luta, muitos adormeceram para sempre”*.

- A. () Anacoluto.
- B. () Antítese.
- C. () Eufemismo.
- D. () Prosopopeia.

15ª QUESTÃO – Marque a alternativa em que a concordância nominal está CORRETA:

- A. () É proibido a caça de animais.
- B. () Bebida alcoólica não é boa para o fígado.
- C. () A noite torna visíveis os astros no céu límpido.
- D. () Remeto-lhe, incluso, uma cópia do recibo.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

16ª QUESTÃO – Três policiais militares reuniram-se na sala da intendência do quartel a que pertencem e decidiram agir contra a ordem recebida de seu superior hierárquico, no sentido de assumir o serviço em postos de sentinela do referido quartel, atuando, dessa forma, em flagrante cometimento do crime de motim. A respeito do crime, com base no conteúdo do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), é CORRETO afirmar que:

- A. () Caso os agentes estivessem armados, o crime praticado ainda seria motim, bastando para isso que eles tivessem pactuado que não utilizariam o armamento em nenhuma circunstância.
- B. () O que fez configurar o crime de motim foi o fato da reunião ocorrer no interior de quartel.
- C. () Não é possível identificar um líder (cabeça), cuja pena no crime de motim é aumentada, pois o grupo de apenas três policiais militares não é uma fração constituída, elemento essencial para configurar o tipo.
- D. () Se um dos três policiais militares, antes da execução do motim e quando ainda possível evitar-lhe as consequências, denunciar o ajuste do qual participou, será ele isento de pena.

17ª QUESTÃO – Conforme descrito no Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), a ausência do militar, sem licença, da Unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias, configura o crime de deserção. A esse respeito, é CORRETO afirmar que:

- A. () Quem dá asilo a desertor, sabendo ou tendo razão para saber que este cometeu o crime, incorre nas mesmas penas do criminoso (desertor).
- B. () Se o agente é capturado dentro de oito dias após a consumação do crime de deserção, sua pena é diminuída de um terço.
- C. () Em caso de favorecimento a desertor, se o favorecedor é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, sua pena será aumentada de um terço.
- D. () O militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade, incorre na mesma pena da deserção.

18ª QUESTÃO – Segundo descreve Hélio Pellegrino, “... a tortura não é a conduta arbitrária e, muitas vezes, autoritária e abusiva que permite a subsunção no tipo-de-ilícito. É necessária uma ação orientada no sentido de obter, alcançar ou produzir sofrimento físico ou moral intensos e desnecessários à vítima.”. Baseado na previsão da Lei nº 9.455/97, que define os crimes de tortura e dá outras providências, é CORRETO afirmar que:

- A. () As disposições da Lei não são aplicáveis ao fato cometido fora do território nacional, mesmo que a vítima seja brasileira ou o agente esteja em local sob jurisdição brasileira.
- B. () Não existe previsão legal para crime de tortura por constrangimento com emprego de violência ou grave ameaça, que cause sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial, tendo em vista tratar-se de instituto próprio que legisla sobre o assunto (preconceito/discriminação).
- C. () A pena para o crime de tortura é aumentada se o delito for cometido contra adolescente.
- D. () O crime de tortura é inafiançável, porém suscetível de anistia.

19ª QUESTÃO – A Lei nº 10.826/03, dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o SINARM. Internamente, a PMMG trata dos referidos assuntos por meio da Resolução nº 4.085/10. A respeito do conteúdo de ambos documentos, dentre as assertivas abaixo, marque (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas. Em seguida, marque a alternativa que corresponde à sequência CORRETA de respostas.

- () Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço.
- () O porte de arma de fogo é permitido para integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.
- () A falta de comprovação e declaração de efetiva necessidade é considerada situação impeditiva à autorização interna da PMMG para o policial militar adquirir arma de fogo.
- () Ao policial militar é vedada a transferência de propriedade de munição, salvo se realizada em conjunto com a transferência de arma de fogo do mesmo calibre.

- A. () V, V, F, V.
- B. () F, F, V, F.
- C. () V, F, V, F.
- D. () F, V, V, F.

20ª QUESTÃO – A Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, está prestes a completar sete anos, e tem levado um número cada vez maior de mulheres a denunciar casos de violência doméstica e familiar. A respeito do conteúdo da Lei nº 11.340/06, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 12 (doze) meses.
- B. () Em nenhuma circunstância poderá o juiz determinar o afastamento da ofendida do lar.
- C. () Para a concessão de medida protetiva de urgência prevista na lei, o juiz deverá colher prévia manifestação do MP, sob pena de nulidade absoluta do ato.
- D. () É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

21ª QUESTÃO – Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/06, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, algumas medidas protetivas de urgência previstas na Lei. A respeito dessas medidas protetivas de urgência aplicadas ao agressor, conforme expressamente previsto, considere as alternativas abaixo e, a seguir, marque a alternativa CORRETA.

- I. Proibição de frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
 - II. Decretação da prisão temporária do agressor.
 - III. Antecipação de partilha de bens comuns ao casal, independente de ação de separação judicial.
 - IV. Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- A. () Apenas III e IV são corretas.
 - B. () Apenas I e II são corretas.
 - C. () Apenas I e IV são corretas.
 - D. () Apenas II e III são corretas.

22ª QUESTÃO – A Lei nº 11.343/06 instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, prescrevendo medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelecendo normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. De acordo com as prescrições da referida Lei, nas assertivas abaixo, marque (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas e, a seguir, marque a alternativa que contenha a sequência de respostas CORRETA.

- () O médico que prescreve drogas, sem que delas necessite o paciente, ou que o faz em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, somente comete crime se o fizer dolosamente.
- () Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá exclusivamente à natureza e à quantidade da substância apreendida, conforme relatado no registro da ocorrência policial.
- () A destruição de drogas apreendidas far-se-á por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, guardando-se as amostras necessárias à preservação da prova.
- () É isento de pena o agente que, em razão da dependência de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- A. () F, F, V, V.
- B. () F, V, F, V.
- C. () V, V, F, F.
- D. () V, F, V, F.

23ª QUESTÃO – O Caderno Doutrinário 1 apresenta, em seção específica, o Pensamento Tático, conceituando-o como o processo de análise do cenário da intervenção policial (leitura do ambiente). Conforme o conteúdo do Caderno Doutrinário 1, a respeito do Pensamento Tático, é CORRETO afirmar que:

- A. () O pensamento tático auxilia na análise de riscos, mas não possibilita controlar ameaças que possam surgir.
- B. () O emprego do pensamento tático permite ao policial dividir o “teatro de operações” em diferentes níveis de perigo.
- C. () O pensamento tático é norteado pelo quarteto: área de segurança, área de risco, pontos fortes e pontos fracos.
- D. () O pensamento tático é resultado da avaliação de riscos somada ao diagnóstico de intervenção.

24ª QUESTÃO – O Caderno Doutrinário 1, ao tratar da comunicação na abordagem policial, descreve aspectos que caracterizam a postura do policial. Observe o quadro abaixo:

QUADRO 1 – Elementos da comunicação em relação à postura do policial

Elementos de Comunicação	Postura do Policial		
	ENÉRGICO	FIRME	AMENO
Expressão Verbal			
Voz	Alta	Moderada	Branda
Fala	1	2	3
Interpelação	Sentença exclamatória	Frases declarativas	Pedido ou apelo
Expressão Facial			
Olhos/Olhar	Determinado e Repreensivo	Firme e Confiante	Ameno e Pacífico
Músculos faciais	Tensos (contraídos)	Normais	Relaxados
Expressão Corporal			
Ver Posturas Táticas (Caderno Doutrinário 2)			

O quadro, extraído do Caderno Doutrinário 1, apresenta os elementos de comunicação referentes à postura do policial, dividindo-os em Expressão Verbal, Expressão Facial e Expressão Corporal. Tratando especificamente do elemento “Fala”, dentro do aspecto de Expressão Verbal, preencha as lacunas que contém os números 1, 2 e 3, relacionando os tipos de FALA descritos nas alternativas abaixo com as características correspondentes à Postura Enérgica, Firme e Amena, conforme expresso no Caderno Doutrinário 1. Marque a alternativa CORRETA:

- A. () 1 – Fala Breve e orientadora; 2 – Fala Rápida e esclarecedora; 3 – Fala Calma e conciliatória.
- B. () 1 – Fala Curta e intimidativa; 2 – Fala Sequencial e orientadora; 3 – Fala Rápida e evasiva.
- C. () 1 – Fala Rápida e imperativa; 2 – Fala Fluente e persuasiva; 3 – Fala Pausada e solicita colaboração.
- D. () 1 – Fala Simples e resolutiva; 2 – Fala Curta e envolvente; 3 – Fala Rápida e conciliatória.

25ª QUESTÃO – Os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAF), após desdobrados pela PMMG, foram transformados em normas procedimentais aplicáveis à função policial. Tratam elas, sobretudo, do uso da força. O uso de força pelos policiais deve ser norteado pela preservação da vida, da integridade física e da dignidade de todas as pessoas envolvidas em uma intervenção policial e, ainda, pelos princípios essenciais. A respeito desses princípios, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª, de alto a baixo, e em seguida marque a alternativa CORRETA.

- | | | |
|----------------------|-----|--|
| 1. Legalidade | () | As consequências do uso de força deverão ser avaliadas de maneira dinâmica, pois, se estas forem consideradas mais graves do que a ameaça sofrida pelas pessoas, será recomendável ao policial rever o nível de força. |
| 2. Necessidade | () | Compreendido sob os aspectos do resultado (motivação/ justificativa para a intervenção da polícia) e processo (meios/métodos utilizados por policiais devem ser legais). |
| 3. Proporcionalidade | () | O emprego de força pelos policiais deverá ser dosado, visando reduzir possíveis efeitos negativos decorrentes do seu uso ou até evitar que se produzam. |
| 4. Moderação | () | Um determinado nível de força só pode ser empregado quando outros de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos. |
| 5. Conveniência | () | O nível de força utilizado pelo policial deve ser compatível, ao mesmo tempo, com a gravidade da ameaça representada pela ação do infrator, e com o objetivo legal pretendido. |
-
- A. () 3, 1, 5, 2, 4.
 B. () 5, 1, 3, 4, 2.
 C. () 3, 1, 5, 4, 2.
 D. () 5, 1, 4, 2, 3.

26ª QUESTÃO – O Caderno Doutrinário 3 - Blitz Policial - traz orientações para o planejamento, a distribuição de policiais, viaturas e equipamentos nas vias públicas, em operações desta natureza. Baseado nos aspectos do planejamento das operações, descritos no Caderno Doutrinário 3, considere as informações abaixo e, a seguir, marque a alternativa CORRETA.

- I. A escolha aleatória do local e horário de instalação da blitz policial deve ocorrer visando garantir a característica de surpresa da operação, e atingir o objetivo principal da atividade.
 - II. O tempo previsto para realização de uma blitz, definido pelo setor de planejamento da Unidade, poderá ser modificado pelo Comandante da operação, durante sua execução, desde que anunciado ao CICOp ou correspondente.
 - III. No momento da abordagem, o policial militar deve estar no estado de alerta (laranja), e considerar as etapas da avaliação de riscos e o quarteto do pensamento tático.
 - IV. Na montagem do dispositivo da blitz, de acordo com o nível de intervenção, serão previstos os box de seleção, box de vistoria e box de registros, destinados à atuação dos policiais.
- A. () Apenas I e II são corretas.
 - B. () Apenas II e III são corretas.
 - C. () Apenas III e IV são corretas.
 - D. () Apenas I e IV são corretas.

27ª QUESTÃO – As situações de evasão podem ocorrer durante a realização das operações Blitz, e o assunto está descrito no Caderno Doutrinário 3, que também traz orientações sobre os procedimentos para cada tipo de evasão. A respeito das situações de evasão de blitz policial e as orientações sobre procedimentos policiais decorrentes, conforme descrito no Caderno Doutrinário 3, é CORRETO afirmar que:

- A. () Em nenhuma circunstância a equipe responsável pela blitz deverá bloquear fisicamente a saída de veículos com outros automóveis, cavaletes, tambores, pois pode acarretar acidentes e outros danos.
- B. () Quando identificada a predisposição do abordado de fugir ou de não permanecer no local da operação blitz, uma das posturas preventivas adequadas pelos policiais é apoderar-se das chaves de ignição do veículo, de maneira discreta e rápida.
- C. () Se o condutor não respeitou a ordem de parada e empreendeu fuga, a possibilidade de estar em conflito com a lei é grande. Assim, a equipe deve proceder ao imediato acompanhamento do veículo, além de transmitir rapidamente as características do evasor ao CICOp / COPOM / SOU.
- D. () No caso de evasão em que o condutor abandona o veículo antes do local da operação e foge a pé, a conduta policial adequada é de apreensão do veículo e manutenção do dispositivo até a localização do proprietário, ou remoção ao final da operação.

28ª QUESTÃO – O Caderno Doutrinário 4 objetiva padronizar procedimentos operacionais e orientar os policiais militares para a tomada de decisões sobre a tática mais adequada nas abordagens a veículos, considerando os objetivos da intervenção, as especificidades de cada tipo de veículo e o ambiente em que a abordagem será realizada. Dentre as orientações para a realização de abordagem a veículos, são descritos os procedimentos a serem adotados quando da montagem do Dispositivo Tático em caso de utilização de duas viaturas com dois policiais na viatura principal e quatro policiais na viatura de apoio. A esse respeito, conforme o conteúdo do Caderno Doutrinário 4, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () O motorista da viatura de apoio, tão logo desembarque, deverá orientar o trânsito, balizando a passagem de veículos na direção do fluxo da via.
- B. () A viatura principal deverá posicionar-se atrás do veículo abordado e a viatura de apoio irá parar à frente do dispositivo de abordagem, na direção do contra-fluxo da via, de maneira a orientar o trânsito durante a abordagem.
- C. () O comandante da viatura de apoio, tão logo desembarque, deverá se posicionar junto ao comandante da viatura principal, ficando responsável por sua segurança durante a verbalização.
- D. () O dispositivo tático inicial será definido pelo comandante da viatura principal, e repassado via rede rádio à viatura de apoio, de acordo com as circunstâncias da abordagem.

29ª QUESTÃO – As escoltas policiais e conduções diversas constituem processos de risco que envolvem atenção e técnica. Nesse sentido, o Caderno Doutrinário 5 tem por objetivo apresentar referencial técnico para a atuação operacional cotidiana, nas situações de escoltas e conduções diversas. A esse respeito, conforme previsto no Caderno Doutrinário 5, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () Ao planejar o itinerário para deslocamento de escolta de torcidas organizadas, o quesito “rapidez” deve ser determinante, privilegiando o caminho mais curto e mais rápido, evitando possíveis confrontos com grupos oponentes.
- B. () Na escolta de pessoas presas a nosocômios, em caso de internação, o escoltado permanecerá sob a custódia da Polícia Civil, Federal ou da SUAPE, de acordo com o estabelecimento em que estiver recolhido, solicitando um recibo que comprove a entrega.
- C. () Como medida de segurança, nas comunicações via rede rádio durante a escolta, é conveniente que seja utilizado o canal operacional da unidade de área pela qual a viatura desloca, com chamados periódicos que informem o andamento da escolta, facilitando o envio de eventual apoio.
- D. () Os adolescentes apreendidos deverão ser conduzidos no compartimento de segurança da viatura de forma individual, sendo vedada sua permanência naquele compartimento juntamente com qualquer outro preso.

30ª QUESTÃO – Com base no conteúdo do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), dentre as alternativas abaixo, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Havendo dúvidas sobre a autoria e/ou materialidade do fato noticiado, não poderá a autoridade competente determinar a realização de uma investigação preliminar, mas a instauração de uma Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD) para verificar tais aspectos.
- B. () Se o militar necessitar de fotocópia dos autos, para fins de recurso em qualquer instância, esta lhe será fornecida gratuitamente.
- C. () A falta de testemunhas não é fator impeditivo para que o fato seja comunicado, bem como não é causa que implique, necessariamente, o arquivamento do feito por insuficiência de provas.
- D. () A adoção das providências de polícia judiciária militar, ou seja, prisão em flagrante/lavratura de APFD (Auto de Prisão em Flagrante Delito) ou instauração de IPM, não guardam prioridade em relação às providências administrativo-disciplinares.

31ª QUESTÃO – O Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), em seção específica trata do Relatório Reservado (RR). A esse respeito, dentre as alternativas abaixo, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O militar que presenciar ou tomar conhecimento de ato ou fato contrário à moralidade (atos de improbidade administrativa) ou à legalidade (infrações penais comuns e militares), praticado por outro militar possuidor de precedência hierárquica encaminhará o Relatório Reservado à autoridade imediatamente superior ou à Corregedoria da IME.
- B. () O Relatório Reservado possui a finalidade de levar ao conhecimento da autoridade competente fatos ou atos (notícias) estabelecidos no Código de Ética como transgressão disciplinar.
- C. () O uso do Relatório Reservado se apresenta como uma ferramenta para que o subordinado fiscalize o superior hierárquico, uma vez que o poder disciplinar e o dever de fiscalizar decorrem sempre de uma via de mão dupla, do superior em relação ao subordinado e deste em relação ao superior.
- D. () Ao relator é assegurada a não retaliação por parte do denunciado ou outra autoridade, mesmo que não seja confirmada a veracidade do fato denunciado.

32ª QUESTÃO – O Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), em capítulo específico trata do Relatório de Investigação Preliminar (RIP). A esse respeito, dentre as alternativas abaixo, marque a CORRETA:

- A. () Mesmo havendo elementos suficientes que indiquem a autoria e materialidade da conduta imputada ao militar, sem prévia causa de justificação ou de absolvição, deve a autoridade instaurar o RIP.
- B. () O Relatório de Investigação Preliminar (RIP), elaborado de maneira oportuna, subsidiará a autoridade militar competente, quanto à eventual necessidade de instauração do processo ou procedimento administrativo adequado, ou mesmo buscará elementos que demonstrem a desnecessidade da mencionada providência.
- C. () O RIP tem natureza apuratória, ocorrendo sua instauração após a obtenção de elementos de convicção suficientes da ocorrência do fato e de sua autoria.
- D. () A autoridade militar que mandar instaurar o RIP precisa, necessariamente, deter poder hierárquico sobre o(s) militar(es) envolvido(s), não bastando que exerça comando, direção ou chefia no local onde o fato ocorrer.

33ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Conforme descrito no Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), fica sob suspeição para atuar na Sindicância Administrativa Disciplinar o militar que:

- A. () Estiver submetido a PAD / PADS / PAE.
- B. () Tiver comunicado o fato motivador da apuração.
- C. () Tenha particular interesse na decisão da causa.
- D. () Tenha parentesco consanguíneo ou afim, em linha ascendente, descendente ou colateral, até o 4º grau, seja cônjuge ou companheiro, com quem apresentou a alegação do fato, com a vítima ou com o sindicado e seu defensor.

34ª QUESTÃO – Com base na Lei nº 14.310/02, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Trata-se de transgressão de natureza leve - induzir ou instigar alguém a prestar declaração falsa em procedimento administrativo.
- B. () Trata-se de transgressão disciplinar de natureza grave - executar atividades particulares durante o serviço.
- C. () Trata-se de transgressão de natureza média - retardar injustificadamente o cumprimento de ordem ou o exercício de atribuição.
- D. () A disciplina militar manifesta-se pelo exato cumprimento de deveres, em todos os escalões e graus da hierarquia, quando observada a pronta obediência às ordens legais; as prescrições regulamentares; o emprego de toda a capacidade em benefício do serviço; a correção de atitudes; a colaboração espontânea com a disciplina coletiva e com a efetividade dos resultados pretendidos pelas IME's.

35ª QUESTÃO – Com base na Lei nº 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A qualquer hora do dia ou da noite, na sede da Unidade ou onde o serviço o exigir, o policial militar deve estar pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostos pelas leis e regulamentos.
- B. () A carreira na Polícia Militar é privativa de brasileiros natos ou naturalizados para oficiais e praças, observadas as condições de cidadania, idade, capacidade física, moral e intelectual, previstas em leis e regulamentos.
- C. () A antiguidade de cada posto ou graduação será regulada: I - pela data de praça; II - pela data da promoção ou nomeação; III - pela prevalência dos graus hierárquicos anteriores; IV - pela data de nascimento.
- D. () Aos militares da ativa é permitido fazer parte de firmas comerciais, de empresas industriais de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerado, exceção sendo feita ao exercício do magistério ou de atividades técnico-profissionais.

36ª QUESTÃO – Com relação à Instrução que regula a atuação operacional dos Policiais Militares lotados nos Destacamentos e Subdestacamentos da PMMG, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Para a prevenção ao tráfico de drogas – deve-se ter já mentalizado, um mapa local sobre as vias de acesso ao Município ou Distrito.
- B. () Para a prevenção a assaltos a estabelecimentos bancários – deve-se buscar saber os dias em que há maior circulação de valores (dinheiro) entre os residentes da cidade ou distrito e usar essa informação para planejar horários e turnos de policiamento, ou mesmo de reforço policial externo.
- C. () Para o cerco e bloqueio - o policial deve ter conhecimento dos locais e circunstâncias em que os jovens ficam mais expostos à ação de organizações criminosas do ramo do tráfico de drogas, e utilizá-lo para auxiliar a Agência de Área (AA) da UEOP a que estão subordinados na monitoração desses ambientes.
- D. () Prevenção à criminalidade em geral – o Policial Militar lotado nos destacamentos e subdestacamentos deve participar de reuniões de pais e professores, e transmitir as preocupações e os resultados da Polícia Militar, no tocante à violência nas escolas.

37ª QUESTÃO – Com relação a Instrução que regula a atuação da Base Comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Para a instalação da Base Comunitária deverá ser elaborado Estudo de Situação que contenha exposição de motivos e justificativas, dados sobre a participação da comunidade, esclarecimentos acerca dos meios necessários e, se favorável, conterà também documentação fundiária do imóvel, projetos (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidráulico, rede lógica e de prevenção a incêndio), cronograma de serviço (construção/reforma) e outras informações de interesse.
- B. () Para a desativação de BC basta a avaliação do Comando da UEOP, não havendo a necessidade de confecção de novo Estudo de Situação.
- C. () O Comandante da Base Comunitária será um Tenente, que é o responsável imediato pela BC.
- D. () Os policiais militares escalados num mesmo turno de serviço não devem alternar nas funções de patrulhamento e permanência, pois é melhor alguns se especializarem no atendimento na Base Comunitária e outros conhecerem a área e a comunidade.

38ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. As atividades realizadas pela patrulha escolar devem ser orientadas em função:

- A. () Da repressão dos atos infracionais como prioridade.
- B. () Da não ostensividade do policiamento, potencializando o elemento surpresa.
- C. () Do distanciamento do cidadão, o que possibilita melhor análise do quadro que se apresenta.
- D. () Da resolução e gestão de ocorrências/conflitos pautada na mediação.

39ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. É considerado objetivo da Rede de Vizinhos Protegidos:

- A. () Inibir a criatividade e a inovação, tendo em vista que a Rede de Vizinhos Protegidos possui modelo pronto, e este deve ser aplicado em todos os pontos de implantação.
- B. () Afastar a responsabilidade da Polícia Militar em alguns aspectos atinentes a segurança pública.
- C. () Desenvolver atividades que compreendem estratégias aparentemente simples, bem organizadas, de fácil execução, eficientes, de baixo custo, elevado valor social, que reforçam a presença, através da aproximação direta e constante, da Polícia Militar junto à população ordeira e pacífica de Minas Gerais.
- D. () Retirar a população dos espaços públicos, ruas, calçadas e praças.

40ª QUESTÃO – Com fundamento no Decreto nº 44.557/04, que contém o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () São fatores de aferição do mérito das praças para promoção: avaliação de desempenho; formação acadêmica; disciplina; tempo de serviço; e o conceito da CPP.
- B. () A formação acadêmica refere-se ao acatamento às normas e princípios institucionais, considerados para efeito deste Decreto, como sendo o conjunto de valores correspondentes ao conceito, punições e condenações, bem como recompensas e condecorações.
- C. () A Avaliação de Desempenho da praça consiste em seu aprimoramento, obtido ao longo da carreira por meio da capacitação profissional e de cursos realizados fora da IME.
- D. () A disciplina é um processo que visa a observação sistemática e periódica da atuação profissional da praça, regulamentada em norma própria da IME.

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o fragmento abaixo para desenvolver a redação.

(...) “O homem cobiça a riqueza não para usufruir dos bens materiais que ela possibilita, mas para granjear admiração e prestígio, uma das mais fortes paixões do homem.

Assim como nossa sociedade persegue a riqueza porque ela confere prestígio, outras perseguem outros indicadores de prestígio: o nascimento, o talento artístico, o saber, a santidade”. (...)

RUSSELL, Bertrand. Fragmentos

2. Com base nas informações do fragmento apresentado, redija um texto **dissertativo-argumentativo** sobre o tema:

“A busca da admiração e do respeito, uma das fortes paixões do homem”.

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.

5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.

6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS**.

RASCUNHO

RASCUNHO

-----corte aqui-----

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40